



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição de Âmbito PDA n.º 281

Projeto “Central Solar Fotovoltaica do Planalto Branco”

agosto de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
Proposta de Definição de Âmbito n.º 281
Central Solar Fotovoltaica do Planalto Branco

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: agosto de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito relativa ao Projeto “Central Solar Fotovoltaica do planalto Branco”.

O proponente do Projeto é a Empresa Solar de Carviçais, Unipessoal, Lda.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 15 dias úteis de 07 a 27 de agosto de 2026.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
 - Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.

Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A Consulta Pública decorreu de 07 a 27 de agosto de 2026.

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas 69 participações com a seguinte proveniência:

Autarquias – 1

- Junta de Freguesia de Carviçais

ONGA/ Outras Associações – 5

- AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino
- Palombar - Conservação da Natureza e do Património Rural
- A Associartecine (Associação de Dinamização dos Audiovisuais)
- Consórcio LIFE Aegyptius Return
- Plataforma Nordeste Vivo

Cidadãos: 63

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas no total 69 participações, 62 participações de discordância, 5 sugestões e 2 participações de carácter geral, sendo a posição maioritariamente desfavorável ao projeto e incidindo sobretudo sobre potenciais impactes na biodiversidade, avifauna, paisagem, património natural, atividades agroflorestais, recursos hídricos, impactes cumulativos, qualidade de vida das populações e desenvolvimento socioeconómico local

Autarquias

A Junta de Freguesia de Carviçais

O Presidente da Junta de Freguesia manifesta discordância relativamente à implantação do projeto, salientando, no entanto, que existem na freguesia posições divergentes.

ONGA/ Outras Associações

AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino manifesta discordância relativamente à Proposta de Definição de Âmbito, considerando que a metodologia proposta não assegura uma avaliação adequada dos potenciais impactes ambientais, ecológicos, territoriais e socioeconómicos associados à Central Solar Fotovoltaica do Planalto Branco e respetivas infraestruturas de ligação.

Destaca a relevância dos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais da região, nomeadamente dos lameiros e das áreas de pastorícia extensiva, salientando a sua importância para a conservação do Burro de Miranda e de outras raças autóctones, bem como para a manutenção dos usos agrícolas e pecuários tradicionais.

Refere preocupações relativamente à ocupação destas áreas por infraestruturas fotovoltaicas, à compartimentação do território através de vedações e aos potenciais efeitos sobre a funcionalidade ecológica da paisagem, os solos e os recursos hídricos.

Relativamente à biodiversidade, a participação refere a ocorrência de espécies protegidas e com estatuto de ameaça na área de estudo, designadamente o grifo (*Gyps fulvus*), o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*) e o lobo-ibérico (*Canis lupus*). Considera que a central fotovoltaica e a respetiva linha elétrica poderão contribuir para a perda e fragmentação de habitat, aumento do risco de colisão e eletrocussão da avifauna e afetação da conectividade ecológica utilizada por estas espécies. É igualmente salientada a proximidade da alcatéia de Mogadouro Sul e a importância da área para a conservação da fauna protegida.

São ainda suscitadas preocupações relativas aos impactes socioeconómicos, nomeadamente quanto à redução da disponibilidade de terrenos para atividades agropecuárias, à especulação fundiária, à descaracterização da paisagem rural e aos potenciais efeitos sobre a fixação da população e o desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza e ao património cultural.

Considera igualmente que a avaliação dos impactes associados ao ruído e vibrações deverá abranger não apenas os recetores humanos, mas também os potenciais efeitos sobre o comportamento, bem-estar e padrões de utilização do território pela fauna selvagem e pelos efetivos pecuários.

No plano metodológico, a participação considera insuficiente o âmbito da caracterização ecológica proposta, defendendo a realização de campanhas de amostragem ao longo das quatro estações do ano, o alargamento da área de estudo para espécies de maior mobilidade, a avaliação dos impactes cumulativos com outros empreendimentos energéticos existentes ou previstos na região e a clarificação dos benefícios locais associados ao projeto, distinguindo as obrigações legais dos compromissos voluntários assumidos pelo promotor.

Conclui defendendo o aprofundamento da avaliação dos impactes sobre os sistemas agro-silvo-pastoris, a biodiversidade, a paisagem, a socioeconomia e os impactes cumulativos, considerando estes aspetos essenciais para a apreciação ambiental do projeto

Palombar - Conservação da Natureza e do Património Rural

A participação apresentada incide sobre a metodologia proposta na PDA e sobre os potenciais impactes ambientais associados à Central Solar Fotovoltaica do Planalto Branco e respetiva linha elétrica. Apresenta informação técnica e resultados de monitorização relativos ao grifo (*Gyps fulvus*), tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*) e lobo-ibérico (*Canis lupus*), referindo que a área de estudo assume relevância para a conservação destas espécies, constituindo área de alimentação, dispersão, reprodução e conectividade ecológica.

Relativamente à fauna, considera que a área de implantação da central e das infraestruturas associadas poderá contribuir para a perda e fragmentação de habitat, aumento do efeito barreira, acréscimo do risco de colisão associado às linhas elétricas e agravamento dos impactes cumulativos resultantes da concentração de projetos energéticos na região.

Refere igualmente que a presença do lobo-ibérico deverá ser considerada como confirmada na área de estudo, à luz dos dados mais recentes disponíveis.

Questiona diversos pressupostos metodológicos da PDA, nomeadamente a delimitação da área de estudo para a fauna, a duração e abrangência das campanhas de amostragem propostas e a avaliação dos impactes cumulativos, defendendo que estas análises sejam efetuadas numa escala geográfica mais ampla e suportadas por informação atualizada.

Solicita ainda o reforço da avaliação da conformidade com os instrumentos de gestão territorial, da análise das condicionantes associadas à Rede Natura 2000 e da consideração das estratégias de conservação da natureza relevantes.

São igualmente suscitadas questões relacionadas com os solos, risco de erosão, risco de incêndio rural, alterações da paisagem, recursos naturais, impactes socioeconómicos, especulação fundiária, disponibilidade futura de terrenos para atividades agroflorestais e potenciais efeitos sobre a atratividade e desenvolvimento do território.

Considera ainda necessário clarificar os benefícios locais associados ao projeto e distinguir os benefícios legalmente previstos dos compromissos assumidos voluntariamente pelo promotor

Conclui manifestando discordância quanto à robustez da PDA, por considerar insuficiente a demonstração da compatibilização do projeto com os valores naturais presentes, a avaliação dos impactes sobre a biodiversidade, os impactes cumulativos, os usos atuais do território e o desenvolvimento socioeconómico local, defendendo o aprofundamento destes aspetos no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

A Associartecine (Associação de Dinamização dos Audiovisuais)

manifesta a sua discordância relativamente à Proposta de Definição de Âmbito, considerando que a metodologia proposta não assegura uma avaliação adequada dos potenciais impactes ambientais, paisagísticos, ecológicos e socioeconómicos associados à Central Solar Fotovoltaica do Planalto Branco e respetivas infraestruturas de ligação.

A entidade destaca a importância dos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais da região, nomeadamente dos lameiros, pastagens permanentes e áreas utilizadas para pastorícia extensiva, considerando que a implantação do projeto poderá comprometer usos tradicionais do solo, atividades pecuárias e a preservação de raças autóctones.

São igualmente referidas preocupações relacionadas com a compactação e erosão dos solos, a alteração dos processos hidrológicos e os efeitos sobre a funcionalidade ecológica da paisagem.

Relativamente à biodiversidade, a participação refere a ocorrência de espécies protegidas na área de estudo, designadamente aves de rapina e necrófagas e o lobo-ibérico, considerando que a central fotovoltaica e a linha elétrica poderão contribuir para a perda e fragmentação de habitat, aumento do risco de colisão e eletrocussão da avifauna e perturbação da conectividade ecológica. É ainda salientada a proximidade de áreas de utilização por espécies com elevado estatuto de conservação.

Refere, igualmente, preocupações relativas aos impactos socioeconómicos, designadamente quanto à disponibilidade futura de terrenos agrícolas, à especulação fundiária, à descaracterização da paisagem rural e aos potenciais efeitos sobre a atratividade do território, atividades económicas tradicionais e iniciativas de valorização patrimonial e turística.

São ainda apresentadas observações relativas ao ambiente sonoro, defendendo que a avaliação dos impactos do ruído e vibrações considere não apenas os recetores humanos, mas também a fauna e os efetivos pecuários existentes na envolvente do projeto.

No plano metodológico, considera insuficientes as campanhas de amostragem propostas e a área de estudo definida para alguns descritores ecológicos, defendendo a realização de monitorização ao longo das quatro estações do ano, o alargamento da área de análise da avifauna e a avaliação dos impactos cumulativos com outros empreendimentos energéticos existentes ou previstos na região. Solicita ainda a clarificação dos benefícios locais associados ao projeto e a distinção entre medidas legalmente exigíveis e compromissos voluntários do promotor.

Conclui defendendo o aprofundamento da avaliação dos impactos sobre a biodiversidade, os sistemas agro-silvo-pastoris, a paisagem, a socioeconomia e os impactos cumulativos, considerando estes aspetos essenciais para a apreciação ambiental do projeto

Consórcio LIFE Aegyptius Return (Vulture Conservation Foundation)

Fornece informação técnico-científica relativa à utilização da área de implantação do projeto e respetiva envolvente por espécies de aves necrófagas ameaçadas, em particular pelo abutre-preto (*Aegypius monachus*), espécie classificada como “Em Perigo” em Portugal. A entidade destaca a proximidade da área do projeto à colónia do Douro Internacional e refere que esta constitui uma das colónias nacionais mais frágeis e isoladas da espécie.

Com base em dados obtidos através de monitorização por telemetria GPS/GSM, a participação refere que um número significativo de indivíduos de abutre-preto utiliza regularmente a área abrangida pelo projeto e a respetiva envolvente, incluindo aves provenientes não apenas da colónia do Douro Internacional, mas também de outras colónias nacionais e de Espanha. Considera, por isso, que a área constitui um importante corredor de voo, dispersão e alimentação para a espécie, devendo a avaliação dos impactos ambientais considerar uma escala ecológica mais alargada do que a proposta na PDA.

Considera que a Central Solar Fotovoltaica poderá originar perda e exclusão de habitat de alimentação e repouso para espécies de aves com elevado estatuto de conservação, destacando igualmente os potenciais riscos de colisão e eletrocussão associados à Linha Elétrica de Muito Alta Tensão. Nesse contexto, recomenda a implementação de medidas específicas de minimização, incluindo a sinalização das linhas elétricas com dispositivos adequados à redução do risco de colisão, a adoção de soluções construtivas que reduzam o risco de eletrocussão e, sempre que possível, o enterramento das redes elétricas internas.

Relativamente à metodologia proposta na PDA, a participação considera insuficiente o esforço de amostragem previsto para a caracterização da avifauna planadora e de rapina, defendendo o desenvolvimento de programas de monitorização mais robustos e suportados por informação científica atualizada. Refere ainda a necessidade de integrar bibliografia técnica recente, incluindo estudos realizados em Portugal e Espanha sobre os movimentos e ecologia das espécies em causa.

No que respeita aos impactes cumulativos, considera que estes devem ser avaliados numa perspetiva regional, abrangendo todos os empreendimentos energéticos existentes, aprovados ou previstos na envolvente, incluindo centrais fotovoltaicas, parques eólicos e linhas elétricas, propondo para o efeito uma área de análise de, pelo menos, 40 km em torno do projeto.

Conclui que a área de implantação do projeto apresenta elevada sensibilidade ecológica e relevância para a conservação de aves necrófagas ameaçadas, defendendo a necessidade de aprofundamento dos estudos relativos à avifauna, aos impactes cumulativos e às medidas de mitigação e compensação a considerar no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental.

Plataforma Nordeste Vivo manifesta concordância com os objetivos da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, mas considera que a implantação da Central Solar Fotovoltaica do Planalto Branco e respetiva LMAT poderá originar impactes ambientais, territoriais, paisagísticos e socioeconómicos significativos, defendendo que a PDA não demonstra adequadamente a compatibilização do projeto com os valores naturais e culturais existentes na área de implantação e envolvente.

Destaca a sensibilidade ecológica e paisagística da área, salientando a proximidade e interferência da linha elétrica com áreas integradas na Rede Natura 2000, a proximidade ao Alto Douro Vinhateiro classificado pela UNESCO e a ocorrência de valores naturais relevantes, incluindo avifauna ameaçada, quirópteros, lobo-ibérico e habitats de interesse para a conservação. Considera necessário aprofundar a caracterização da biodiversidade, reforçar o esforço de amostragem e avaliar adequadamente os impactes sobre espécies protegidas e corredores ecológicos.

São igualmente suscitadas preocupações relacionadas com a ocupação de áreas agrícolas, florestais e naturais, a artificialização do território, a perda de habitat, a fragmentação da paisagem, a afetação da atividade agropecuária, das raças autóctones, da apicultura, da caça e de outras atividades ligadas ao mundo rural. A participação sublinha a importância da agricultura, pecuária, turismo de natureza, turismo cultural e património identitário para a economia e desenvolvimento local.

No âmbito do ordenamento do território, considera que subsistem questões por demonstrar relativamente à compatibilidade do projeto com o PDM de Torre de Moncorvo, à ocupação de áreas abrangidas por condicionantes territoriais e à inexistência de demonstração da inviabilidade de alternativas em áreas urbanas ou já artificializadas. Defende que estas matérias deverão ser aprofundadas e devidamente fundamentadas em sede de EIA.

A participação questiona ainda a fundamentação dos benefícios climáticos atribuídos ao projeto, defendendo a necessidade de um balanço de carbono que considere a perda de vegetação e as emissões associadas à construção e exploração. Refere igualmente potenciais efeitos relacionados com alterações microclimáticas, risco de incêndio e impactes na qualidade ambiental e saúde pública, propondo que estes aspetos sejam objeto de avaliação detalhada.

Relativamente à metodologia proposta, considera insuficiente o esforço de amostragem para vários grupos faunísticos, defendendo campanhas mais abrangentes ao longo das diferentes épocas do ano, bem como a utilização de informação complementar proveniente de diferentes fontes científicas e bases de dados de biodiversidade. Solicita igualmente o reforço da análise dos impactes cumulativos com outros projetos energéticos existentes, aprovados ou previstos na região, incluindo centrais fotovoltaicas, parques eólicos, linhas elétricas e aproveitamentos hidroelétricos.

Conclui defendendo que o projeto, tal como apresentado na PDA, não demonstra de forma suficiente a compatibilização entre os objetivos da transição energética e a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, patrimoniais e socioeconómicos da região, considerando necessário o aprofundamento destes aspetos no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental.

Cidadãos: 63

Diversos cidadãos manifestam discordância relativamente ao projeto, considerando que a dimensão da Central Solar Fotovoltaica e das infraestruturas associadas poderá originar impactes significativos sobre os valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e socioeconómicos da região. As participações referem a necessidade de demonstrar de forma mais robusta a adequação da localização proposta e de analisar alternativas de implantação em áreas já artificializadas ou com menor sensibilidade ambiental.

No domínio da biodiversidade, é solicitado o aprofundamento da caracterização da avifauna, quirópteros, anfíbios, répteis e lobo-ibérico, considerando insuficiente a metodologia proposta para alguns grupos faunísticos.

É defendida a realização de campanhas de amostragem mais abrangentes ao longo das diferentes épocas do ano, a avaliação da conectividade ecológica, dos corredores de deslocação e das áreas de alimentação e reprodução das espécies, bem como uma análise mais detalhada dos potenciais impactes associados à LMAT.

São igualmente referidas preocupações relacionadas com a proximidade a áreas classificadas da Rede Natura 2000, zonas críticas para a avifauna e áreas relevantes para quirópteros.

Salientam ainda a importância da avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos energéticos existentes, aprovados ou previstos na região, incluindo centrais fotovoltaicas, parques eólicos, aproveitamentos hidroelétricos e linhas elétricas, considerando que a análise não deverá restringir-se à área de influência imediata do projeto.

Relativamente ao uso do solo e à socioeconomia, são referidas preocupações quanto à afetação de áreas agrícolas, pastagens, espaços florestais e sistemas agro-silvo-pastoris, assim como potenciais efeitos sobre a pecuária, atividades cinegéticas, apicultura, turismo de natureza, turismo rural e valorização do património cultural e paisagístico da região.

É igualmente defendida a necessidade de quantificar os benefícios socioeconómicos efetivos para as comunidades locais e de clarificar os mecanismos de compensação e envolvimento da população.

No âmbito da paisagem e património, é salientada a proximidade ao Alto Douro Vinhateiro e a outros elementos patrimoniais relevantes, sendo solicitada uma análise detalhada da visibilidade do projeto e da sua integração paisagística, incluindo a avaliação dos efeitos visuais associados à central e à linha elétrica.

São ainda suscitadas preocupações relacionadas com a ocupação de áreas abrangidas por condicionantes territoriais, designadamente RAN, REN, áreas de risco de erosão e de incêndio, bem como com os impactes decorrentes da construção e exploração do projeto sobre os recursos naturais, a qualidade de vida das populações e a futura recuperação das áreas intervencionadas.

Algumas participações referem igualmente a necessidade de avaliar de forma mais completa o balanço de carbono do projeto, os impactes associados à fase de construção e os potenciais efeitos microclimáticos e ambientais da instalação proposta.

Síntese da Consulta Pública

As participações recebidas evidenciam uma predominância de posições desfavoráveis ao projeto, tendo sido apresentadas por cidadãos, associações de ambiente e conservação da natureza, entidades ligadas ao desenvolvimento local e uma junta de freguesia.

De forma geral, as preocupações manifestadas incidem sobre os potenciais impactes ambientais, paisagísticos e socioeconómicos associados à implantação da central fotovoltaica e respetivas infraestruturas elétricas, destacando-se os seguintes aspetos:

- Potencial afetação de habitats naturais, flora e fauna, incluindo espécies protegidas e com elevado valor de conservação, bem como preocupações relativas à fragmentação de habitats e perda de corredores ecológicos.

- Possíveis impactes sobre a avifauna, quirópteros e outras espécies sensíveis, tendo sido solicitada a realização de estudos de caracterização mais abrangentes e um aprofundamento da avaliação dos efeitos sobre a biodiversidade.
- Necessidade de avaliar adequadamente os impactes cumulativos e sinérgicos resultantes da coexistência deste projeto com outras infraestruturas energéticas existentes, aprovadas ou previstas na região.
- Potencial afetação da paisagem, do património rural e da identidade territorial da área de implantação, incluindo preocupações relacionadas com a proximidade a áreas classificadas e a elementos de elevado valor cénico.
- Possíveis efeitos nos usos atuais do solo, nomeadamente atividades agrícolas, pecuárias, florestais, apícolas, cinegéticas e turísticas, bem como eventuais repercussões na economia local e na fixação das populações.
- Questões relacionadas com os recursos hídricos, erosão dos solos, risco de incêndio rural e necessidade de avaliar os efeitos da construção e exploração do projeto sobre estes fatores ambientais.
- Solicitação de aprofundamento da avaliação dos potenciais impactes associados ao ruído, circulação de veículos pesados, qualidade de vida das populações e efeitos na saúde pública.
- Necessidade de identificação e salvaguarda dos valores patrimoniais e arqueológicos existentes na área de estudo.
- Defesa da análise de alternativas de localização e de modelos energéticos assentes preferencialmente na utilização de áreas já artificializadas, como edifícios, parques de estacionamento ou zonas industriais.

Foram ainda apresentadas participações técnicas por entidades associativas e de conservação da natureza que consideram insuficientes alguns dos pressupostos metodológicos da PDA, nomeadamente ao nível da área de estudo considerada para determinados descritores, da representatividade temporal das campanhas de campo propostas e da avaliação dos impactes cumulativos. Estas entidades defendem o aprofundamento dos estudos a desenvolver no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental.

As participações classificadas como sugestão concentram-se sobretudo no reforço da caracterização ecológica e da avaliação de impactes cumulativos, na definição de medidas de mitigação dirigidas à fauna e biodiversidade, bem como na necessidade de garantir benefícios e mecanismos de compensação para as comunidades locais potencialmente afetadas pelo projeto.

Em síntese, a participação pública incidiu predominantemente sobre matérias relacionadas com biodiversidade, paisagem, recursos naturais, impactes cumulativos, socioeconomia, qualidade de vida das populações, saúde pública, património cultural e adequação da localização proposta, aspetos que os participantes consideram dever merecer especial aprofundamento no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental.



As participações recebidas encontram-se arquivadas no respetivo processo, na Agência Portuguesa do Ambiente.